



Maria Augusta Mundim Vargas

Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura– Cnpq/UFS
E-mail: guta98@hotmail.com.br;
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0815-6187>

Daniele Luciano Santos

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura – Cnpq/UFS
E-mail: danilucisan@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8774-8633>

Cicero Bezerra da Silva

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura – Cnpq/UFS
E-mail: cicerogeografia016@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6013-4797>

Felipe Santos Silva

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura – Cnpq/UFS
E-mail: felipegeoufal@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4470-2253>

RESUMO:

O objetivo do presente texto é salientar a continuidade e a renovação do pensamento de Manuel Correia de Andrade tomando como ponto de partida a obra *A Terra e o Homem no Nordeste* e, como referente, a produção advinda dos estudos culturais produzidos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Em termos metodológicos, foram revisitados projetos de pesquisa institucionais realizados nas décadas de 1980 e 1990 e, em seguida, projetos acadêmicos manifestados em dissertações recentes, produzidas entre 2018-2022, mostrando as relações entre a terra e o homem pelas ruralidades, convivialidades e territorialidades. A continuidade é atestada pelo chão nordestino que persiste na realidade observada nos sertões de Sergipe e Alagoas e no vale do rio São Francisco, que os delimita tanto quanto os distingue, unifica e singulariza, entre outras ações, pelos múltiplos olhares. E a renovação é apreendida pelo contínuo estímulo na medida em que os Nordesteiros do prof. Manuel Correia permanecem aquecendo as pesquisas, avivando e ativando nossas reflexões.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; Relações entre a Terra e o Homem; Territorialidades; Ruralidades; Convivialidades.

ABSTRACT:

The goal of this text is to emphasize the continuity and renewal of Manuel Correia de Andrade's thinking, taking as a starting point the work *A Terra e o Homem no Nordeste* and, as references, the production arising from cultural studies produced in the Graduate Program in Geography at the Federal University of Sergipe.



In methodological terms, institutional research projects carried out in the 1980s and 1990s were revisited and, then, academic projects manifested in recent dissertations, produced between 2018-2022, showing the relation between land and man through ruralities, convivialities and territorialities. The continuity is attested by the Northeastern soil that persists in the reality observed in the Sergipe and Alagoas hinterlands and in the São Francisco river valley, which delimits them as much as it distinguishes, unifies, singularizes them, among other actions, by the multiple looks. And the renewal is apprehended by the continuous stimulus to the extent that the “Nordestes” of prof. Manuel Correia continue to warm up the research, enlivening and activating our reflections.

Keywords: Manuel Correia de Andrade; Relations between Earth and Man; Territorialities; Ruralities; conviviality.

RESUMEN:

El objetivo de este texto es enfatizar la continuidad y renovación del pensamiento de Manuel Correia de Andrade, tomando como punto de partida la obra *A Terra e o Homem no Nordeste* y como referente, la producción proveniente de los estudios producidos en el Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Sergipe. En términos metodológicos, se revisaron proyectos de investigación institucionales realizados en las décadas de 1980 y 1990 y, luego, proyectos académicos manifestados en disertaciones recientes, producidas entre 2018-2022, que muestran las relaciones entre la tierra y el hombre a través de territorialidades, ruralidades y convencialidades. La continuidad es atestiguada por el suelo nororiental que persiste en la realidad observada en las zonas de influencia de Sergipe y Alagoas y en el valle del río São Francisco que las delimita tanto como las distingue, unifica y singulariza a través de múltiples perspectivas. Y la renovación es aprehendida por el continuo estímulo que los “Nordestes” del prof. Manuel Correia sigue estimulando la investigación, dando vida y activando nuestras reflexiones.

Palabras clave: Manuel Correia de Andrade; Relaciones entre la Tierra y el Hombre; Territorialidades; Ruralidades; Convencialidades.

1 INTRODUÇÃO

Se *A Terra e o Homem no Nordeste* fosse produzida atualmente, certamente o professor Manuel Correia de Andrade abordaria as territorialidades, as ruralidades e as convivialidades na e da região e, cremos, manteria sua assertiva de ser o Nordeste uma região muito discutida e pouco conhecida. A magnitude de suas contribuições principia pelo convívio com sua pessoa – inesquecível – e como percebeu e descreveu as ruralidades, convivialidades e territorialidades do homem nordestino, singularizando sua obra ao abordar as relações políticas e sociais de tantos Nordestes.

A continuidade do pensamento do professor Manuel Correia de Andrade é atestada neste texto pelo chão nordestino que persiste na realidade observada nos sertões de Sergipe e Alagoas e no vale do rio São Francisco, que delimita os estados tanto quanto os distingue, unifica e singulariza pelos múltiplos e possíveis olhares. Nesse contexto, permanece sua máxima: “É o Nordeste uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do país” (ANDRADE, 1963, p. 3).

Estabeleceu-se como objetivo salientar a continuidade e a renovação de seu pensamento tomando como ponto de partida a obra *A Terra e o Homem no Nordeste*. Como referentes, a continuidade é exposta pelos estudos culturais produzidos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), onde o professor ministrou disciplinas e participou efetivamente na constituição do Programa. Por sua presença e pelo trato de



temáticas tão caras à geografia, especialmente na obra em apreço, mantem-se citado e discutido em teses e dissertações que vêm contribuindo para a compreensão de questões agrárias e culturais, como modernização, apropriação, conflitos, modos de vida, tradições e fronteiras.

E, a renovação é apreendida pelo contínuo estímulo dos Nordeste andradinos, que permanecem aquecendo a pesquisa, avivando e ativando nossas reflexões. Vale aqui evidenciar a ‘virada cultural’ empreendida pela geografia humanista como condutora de uma releitura dessa obra de Manuel Correia de Andrade. Trata-se da mudança ocorrida no final do século XX, posicionando a geografia cultural no mesmo patamar da geografia econômica e política. Sob novas bases epistêmicas Paul Claval (2002), expõe os pressupostos da ‘viradacultural’ em sintonia com o movimento de um ‘cultural turn’¹. De pronto, sobressai o papel que a cultura desempenha na geografia e, a afirmação de que as abordagens funcionalistas, predominantes até então, limitaram a expressão de sua produção. Nesse contexto, é inegável a abordagem crítica no texto *A terra e o homem no Nordeste* e, por esse motivo, decidiu-se adentrar em pesquisas realizadas nas décadas de 1980/90 – momento da ‘virada cultural’, o que possibilitou-nos reviver o Baixo São Francisco em seus múltiplos sentidos, revigorar o estudo de sua paisagem cultural e vivificar práticas tradicionais.

A esse respeito, pontuamos suas pegadas nas abordagens sobre a região do Baixo Rio São Francisco no contexto da segunda seção do livro, “Nordeste: região de contrastes”, cuja influência é visível nos estudos de Vargas (1988, 1999) sobre as políticas da água e da terra, bem como de Almeida e Vargas (1997, 1999), que avaliam as possibilidades de sua cultura popular ser tomada como dimensão do planejamento do desenvolvimento, com ênfase na paisagem que pulsa e estampa as tradições sertanejas.

Décadas após essas imersões no baixo São Francisco, a Geografia do PPGeo/UFS promoveria o encontro com Daniele Luciano Santos (2018, 2020), Cícero Bezerra da Silva (2022) e Felipe Santos Silva (2022). Por suas produções, *A terra e o homem do/no Nordeste* vêm sendo revolvidos pelo encadeamento de diálogos entre ruralidades, convivialidades e territorialidades, como construtos para o desvelamento de práticas, apropriações e sentidos de cuidar e pertencer à terra nordestina.

Isto posto, o presente texto busca iluminar o pensamento de Manuel Correia de Andrade, pontuando suas ideias em estudos realizados entre 1988 a 2003 – período mais próximo à sua presença no PPGeo/UFS e coincidente com a ‘virada cultural’ e, entre 2018 a 2022, momento mais recente, com intuito de reafirmar a continuidade e a renovação dos Nordeste andradinos. Afinal, Manuel Correia de Andrade nos inspira e motiva desde a introdução da obra: “Este ensaio é o

¹ Em franco diálogo, Paul Claval traz como referência, dentre outros, Denis Cosgrove (Inglaterra) e Kenneth Olwig (Suécia).



resultado de vários anos de estudos, pesquisa e meditações. Em verdade faz mais de vinte anos, desde os bancos acadêmicos, que nos preocupamos com os problemas brasileiros em geral e com os nordestinos em particular” (ANDRADE, 1963, p. XI). Os estudos que ilustram este texto são, portanto, fruto das pegadas deixadas pelo citado professor que vêm sendo pensadas, discutidas e executadas pelas empreitadas acadêmicas.

Em termos metodológicos, como já exposto, foram revisitados projetos de pesquisa acadêmicos e institucionais realizados nas décadas de 1980/1990 e outros mais recentes, com ênfase na demonstração das relações entre a terra e o homem pelas ruralidades, convivialidades e territorialidades. Como coloca Raffestin (2010), cada conceito tem origem em outro e assim, as ruralidades, convivialidade e territorialidades postas nas pesquisas mais recentes como conceitos desveladores do conhecimento e das práticas dos homens no espaço, inserem nas heranças e ressignificações dos construtos de Manuel Correia de Andrade.

Os projetos de pesquisa revisitados possuem uma base metodológica similar, com destaque para os levantamentos documental e bibliográfico, a realização de entrevistas e a observação participativa. Assim, o desenvolvimento do texto mostra o retrabalhamento desses projetos sem menosprezar a ancoragem em autores clássicos com produções sobre as interfaces espaço-temporais desses conceitos, com destaque para Santos (1994), Boff (2004), Almeida (2008), Haesbaert (2012, 2021) e Dardel (2015).

Assinala-se a intenção de promover reflexões e estimular o debate sobre esses conceitos – ruralidades, convivialidades e territorialidades – que se entrecruzam com as categorias lugar, paisagem e região, presentes na obra referente², ressaltando que as relações entre a terra e o homem – tão marcantes nas pesquisas aqui apresentadas – encerram as partes que se seguem a esta introdução. As pesquisas acadêmicas e institucionais realizadas nas décadas de 1980/1990 são expostas como basilares por terem possibilitado longos e significativos contatos com as gentes e o meio semiárido pelo entrelaçamento entre “Região, Cultura e Desenvolvimento”, seção que segue essa Introdução. Aí, é nítido o posicionamento da região como conceito e escala para pensar o desenvolvimento. Inova, todavia, pela inserção da cultura como dimensão para o planejamento e sinalização ao leitor de um vastíssimo campo de estudos no âmbito da Geografia.

A seção “Ruralidades e (re)existências” apresenta os estudos subjacentes à modernidade confrontada entre os cultivos com sementes crioulas e aqueles com sementes transgênicas. Silva (2022) procurou compreender as estratégias dos agricultores de sementes crioulas para a construção de territórios alternativos de saberes e de (re)existências. Os agricultores são apreendidos como

² Foram consideradas a primeira edição de 1963 e a sétima, editada em 2005. A edição de 2005, revisada e aumentada, foi acrescida de três capítulos que versam sobre o meio ambiente, o capitalismo e a evolução recente da agricultura, e o impacto da globalização. Esses temas perpassam o contexto dos estudos expostos.



guardiões, e o aspecto aqui sublinhado é o cuidar, tal como apresentado por Boff (2004), por aqueles que ‘teimam’ em nos oferecer sementes isentas de modificações genéticas.

Em “Convivialidades e Pertencimentos”, Silva (2020, p. 20) se propôs a adentrar as territorialidades sertanejas e ribeirinhas do baixo rio São Francisco pela convivialidade, entendida “pelas relações sociais, políticas e simbólicas que se congregam em um mesmo espaço” (Cf. ALMEIDA, 2005; BONNEMAISON, 2012). Nesse sentido, traz o lugar-território não como uma sobreposição ou conjugação de categorias, mas, sim, como uma possibilidade de leitura das espacialidades cuja complexidade de interpretação se fez não tão somente pelo lugar ou pelo território.

Outras estratégias inserem-se nos processos produtivos alternativos do espaço rural nordestino, tais como as ressignificações de manifestações culturais com animais de monta observadas nas cavalgadas, cavalhadas, vaquejadas e pegas de boi no mato. Santos (2018, 2020) traz, na seção seguinte, “Territorialidades e Resignificações”, sua contribuição com reflexões acerca das mudanças que vêm ocorrendo na motivação e composição dessas manifestações, chamando a atenção para aspectos das apropriações e dominações econômicas, políticas e simbólicas. Por fim, nas considerações finais, são reforçadas a contemporaneidade e a pertinência da obra *A terra e o homem no Nordeste*.

2 REGIÃO, CULTURA E DENVOLVIMENTO

Nesta seção, a proximidade com a obra de Manuel Correia de Andrade se dá pela apreensão da região como exercício da Geografia ocorrido entre os anos de 1980 e 1990, momento em que o Baixo São Francisco sergipano foi apreendido como região fruto da natureza contraditória das políticas de desenvolvimento propostas como estratégias de transformação socioeconômica e cujas mudanças não implicaram inversão da ordem social. A intenção é trazer esse exercício como ‘ponte’ para os estudos apresentados nas seções seguintes, *i.e.*, demonstrar que a obra do professor em tela não se distanciou de nossas abordagens. Afinal, são muitas as leituras sobre o Nordeste, “conforme o aspecto abordado e o ponto de vista em que se coloca o autor [...] ora como área das secas [...] ora como área dos grandes canaviais [...] ora como área essencialmente subdesenvolvida [...] ou, como a região das revoluções libertárias...” (ANDRADE, 1963, p. 3).

Como exercício, didaticamente, distinguem-se três regiões que caracterizam a geo-história do Baixo São Francisco sergipano, a saber: a Região Singular, a Região Planejada e a Região dos Ribeirinhos (VARGAS, 1988, 1999, 2003). Em seguida, apresentam-se apontamentos sobre a cultura como dimensão do desenvolvimento (ALMEIDA; VARGAS, 1997, 1999). Mas, sublinha-se, o ponto comum entre as implicações do planejamento regional e a abordagem do nível local – em que pese, metodologicamente, a significativa auscultação às gentes e comunidades sergipanas do



Baixo São Francisco – encontra-se na forte centralização da programação das políticas de desenvolvimento que imprimiram, sem consultas, ações de redirecionamento da base produtiva de determinados territórios, independentemente de suas instâncias administrativas.

Na Região Singular, o rio São Francisco é exposto como determinante explícito da sua conformação e reprodução. A região foi construída pela leitura de fontes históricas consultadas observando as possibilidades oferecidas pelo meio natural ao desenvolvimento e à organização dos grupos sociais, tal como concebida por Vidal de la Blache (1982). A Região Singular traz a síntese do ambiente natural e do aproveitamento do meio.

Todavia, a importância dada à história, à evolução da relação do homem com seu meio, ressaltando, sobretudo, os meios e os modos de vida, se distingue na obra de Manuel Correia de Andrade (1963). Ele ressaltou a rudeza com que se vencida a natureza – os meios primitivos com a terra, o animal, a água e o alimento – e, também, demonstrou a evolução das relações sociais, sinalizando o distanciamento entre a posse dos meios de produção e os despossuídos, entre os detentores da terra e os trabalhadores rurais. Nesse sentido, o estudioso apontou para o primitivismo do modo de produção e para as injustiças das relações de produção. Nos estudos aqui expostos, apreendemos o Baixo São Francisco como uma Região Singular deprimida economicamente, mas com potencialidades de desenvolvimento, em que pesem a disponibilidade de água para geração de energia, irrigação, pesca e incremento da circulação, bem como as condições edafoclimáticas favoráveis ao plantio de culturas comerciais e à pecuária melhorada.

A modernização da agricultura foi, sem dúvidas, o principal determinante das mudanças ocorridas no Baixo São Francisco (não somente sergipano) após a década de 1970, comandada pela ação planejada do Estado, e o planejamento regional deu-se pela aceitação da intervenção do Estado, que agiu através de planos nacionais de desenvolvimento executados no período de 1970-89, tais como: ação política de modelação racional da morfologia, da reorganização produtiva e da dinamização socioeconômica de determinados espaços³. As vocações e potencialidades do Baixo São Francisco sergipano – irrigação e pecuária – foram, dessa maneira, inseridas nas construções teóricas do planejamento. A especificidade do Baixo São Francisco sergipano e alagoano resulta na forte presença e atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), sobretudo nos primeiros planos, e não da Superintendência do Desenvolvimento do

³ O desenvolvimento dessa Geografia Regional deu-se pela evolução do esquema teórico desenvolvido pela chamada Geografia Econômica, nascida da necessidade de empregar métodos econômicos no estudo dos problemas da Geografia Humana. Ver Claval (1969). Para Perroux (1955), o desenvolvimento regional é consequência de um processo de investimento planejado. Friedmann (1976) pressupõe o efeito difusor dos investimentos alocados em espaços *a priori* privilegiados por suas potencialidades e, portanto, capazes de deslanchar o dinamismo regional.



Nordeste (Sudene), criada para comandar o planejamento do desenvolvimento da região Nordeste⁴. Numa ponta do processo, o contexto geral de neutralidade política e de tecnicismo e, na outra, a atuação imperativa da Codevasf, que agiu apressadamente na região do Baixo São Francisco subordinada e sob pressão do setor elétrico, o qual exigia a construção de barragens geradoras de energia, sendo a última, a de Xingó, no semiárido entre Sergipe e Alagoas, inaugurada em 1994.

A crise do conceito de região, incapaz de criar unanimidade científica, foi, portanto, paralela e intrínseca à crise do planejamento regional, incapaz de eliminar o subdesenvolvimento e a pobreza nos espaços marginais e marginalizados, como o Baixo São Francisco. Justificam-se, assim, as sucessivas incursões ao Baixo São Francisco no período de 1988 a 1998, entendendo-o como espaço controlado pelas políticas de água e de terra, para compreensão da população e de sua estrutura fundiária, tal como o fez Manuel Correia de Andrade, especialmente nas seções III e V⁵. Pela apreensão dos muitos Nordeste, o espaço geográfico banal, aquele que “em qualquer escala, agrupa horizontalidades e verticalidades” (SANTOS, 1994, p. 53), revela-se região dependente, marginal, subdesenvolvida e problemática.

Sob a ótica dos ribeirinhos e de seus representantes locais das demandas sociais, a região foi redesenhada. A Região dos Ribeirinhos ressaltou dois aspectos, detectados pela percepção de região e por sua construção prospectiva. Ela foi percebida pelo binômio seca-pecuária com enclaves dos espaços selecionados e privilegiados de irrigação. E a construção prospectiva foi feita pela ampliação das potencialidades para além da irrigação e da pecuária, pelas possibilidades de indústrias alimentícias, da piscicultura e do turismo. Assim posta e concebida como ‘entidade real’, a Região dos Ribeirinhos ficou-se mais próxima da Região Singular do que da Região Planejada, e, nesse sentido, os ribeirinhos negaram o planejamento, e o significado de região passou a ser mediatizado pela identidade territorial, sem esconder suas contradições e seus conflitos, firmando-se inserida na região Nordeste.

Foi dessa maneira, discutindo sobre o espaço cultural, que Almeida e Vargas (1997, 1999) desenvolveram um estudo sobre a dimensão cultural da região do Baixo São Francisco, demonstrando a importância de se considerar a cultura em diagnósticos e planos socioeconômicos. As relações entre a terra e os homens no Baixo São Francisco descritas no ‘ensaio’ de Manuel Correia de Andrade foram reveladoras dos ditames cosmológicos dos ciclos das águas para os cultivos comerciais, de consumo, bem como para a pesca. Ele expôs os saberes, as práticas e as tradições sem, todavia, ocultar as relações de trabalho, o subemprego, as obrigações e os direitos de proprietários frente aos meeiros.

⁴ Codevasf, à época, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; atualmente, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

⁵ Na edição de 1963, a seção III aborda “A propriedade da terra e a mão-de-obra na região da Mata e Litoral Oriental” e a seção V, “O latifúndio, a divisão da propriedade e as relações de trabalho no Sertão e no Litoral Setentrional”.



Os estudos realizados procuraram levantar o conhecimento dos homens – os criadores de potencialidades e reveladores dos recursos ambientais (natureza-cultura) – partindo do pressuposto de que o cotidiano é um instrumento do desvendamento das expressões culturais e dos contextos sociais. É fato que a produção das expressões culturais se distingue pela influência, sobretudo, das matrizes indígena, portuguesa e africana entre o fazer do homem distinto do fazer da mulher que retrata, antes de tudo, a tradição dessas matrizes culturais. Igualmente, é fato a significativa degradação da caatinga e das áreas de transição para o bioma litorâneo, configurando-se como um meio perturbado que vem afetando aqueles que, associando cultura, técnica e natureza, buscam estratégias de sobrevivência, como artesanato, alimentos e remédios.

Observou-se nesses estudos, como na obra *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963, 2005), um campo vastíssimo no âmbito cultural que merecem ser aprofundados, bem como movimentos de quebra das fronteiras de que o conhecimento sobre o homem, sua produção e seu futuro se dão através de uma gama indissociável de saberes. É necessário renovar-se e inovar-se. A cultura é dinâmica e pulsa em múltiplas escalas.

3 RURALIDADES E (RE)EXISTÊNCIAS

O estudo sobre as ruralidades e as (re)existências dos agricultores guardiões de sementes crioulas teve como inspiração os apontamentos críticos de Manuel Correia de Andrade (1963, 2005) sobre a atuação do Estado no processo de transformação e modernização do espaço agrário nordestino e suas implicações ao tratar o problema do latifúndio, da monocultura e suas consequências; as lutas e resistências sociais no campo em defesa dos sistemas agrícolas, assim como as relações sociais, econômicas, culturais e ambientais que afloraram e ainda afloram na trama regional nordestina.

Em estudo recente sobre o giro descolonial que atravessa a epistemologia geográfica brasileira, Haesbaert (2021) insere Manuel Correia de Andrade entre os geógrafos brasileiros precursores do pensamento descolonial por se preocupar com questões envolvendo a luta pela terra, as relações de trabalho, a colonização, as revoltas sociais no Nordeste, as lutas abolicionistas e quilombolas, sempre evidenciando a voz dos sujeitos subalternizados. Esses balizamentos orientaram Silva (2022) para a compreensão dos agricultores guardiões de sementes crioulas como autores de outras lógicas sociais com outros horizontes de sentidos de vida. A pesquisa se interessou pelas mediações teóricas e pelas práticas sociais, culturais e ambientais de mulheres e homens que, com perseverança e saberes tradicionais locais, lutam diariamente contra forças hegemônicas que tentam controlar o espaço agrário em diferentes escalas geográficas.

Manuel Correia de Andrade (2005) já sinalizara as mudanças sociais, ambientais e econômicas decorrentes do avanço da economia capitalista e da globalização para a agricultura



nordestina e para os sertanejos. Entende-se que existe em escala global a atuação de grandes empresas que se dispersam em redes no mundo na busca pelo controle de organismos vivos, tais como as sementes. Essas empresas agem na produção de sementes híbridas e transgênicas, causando mutações que provocam desequilíbrio ambiental devido à capacidade dessas sementes de produzir plantas que contaminam e danificam a diversidade biológica endêmica e natural em comunidades rurais e tradicionais.

Na concepção de Porto-Gonçalves (2013, p. 298), a inserção desses organismos geneticamente modificados na paisagem e na vida humana aconteceu após 1993-1994, e, “[...] como se vê, são processos [...] recentes quando consideramos o tempo de metabolização e de evolução das espécies”, por isso o tempo mostrará quais serão os efeitos mais nítidos desse procedimento tecnológico de modificação genética das/nas espécies. Alguns desses efeitos já podem ser percebidos no campo, principalmente ligados à erosão genética de variedades crioulas/naturais e à hibridização desses organismos vivos.

De acordo com Lima e Santos (2018, p. 198), as grandes corporações do ramo agroquímico articulam-se em diferentes escalas e operam mundialmente na busca do controle dos organismos vivos e dos territórios, “[...] catapultando uma escalada colossal de concentração e centralização de capitais dedicados à manipulação e patenteamento de organismos vivos, em especial, as sementes”.

Há, assim, um plano de atuação que pode causar a desterritorialização de comunidades rurais e tradicionais, as quais dependem da diversidade de sementes crioulas, já adaptadas aos territórios tradicionais, para sua reprodução social e cultural. Sem a diversidade de sementes, os povos e comunidades tradicionais não mais conseguirão produzir seus alimentos, uma vez que as sementes que têm se proliferado por todo o mundo, sob o domínio das megacorporações empresariais, carecem de certo nível de insumos químicos, além de recursos financeiros e técnicos, para a sua produção, diferentemente das sementes crioulas/tradicionais.

Diante desse cenário, na contramão do movimento hierárquico das grandes empresas, que despontam com a dominação dos recursos naturais e sua transformação em mercadoria, o fenômeno de resistência dos agricultores observados fez compreender as práticas existenciais realizadas pelos agricultores guardiões de sementes crioulas, que resistem e ressignificam sua existência à proporção que criam um modo-de-ser voltado ao cuidado com as sementes, com a natureza e com os outros, tal como aponta Boff (2004). Nessa compreensão, entende-se o cuidado como elemento ontológico do ser humano, entendido como:

[...] um modo-de-ser não é um novo ser. É uma maneira do próprio ser de estruturar-se e de dar-se a conhecer. O cuidado entra na natureza e na constituição do ser humano. O modo-de-ser cuidado revela de maneira concreta como é o ser

humano. Sem o cuidado, ele deixa de ser humano [...]. Traduzindo: um fenômeno que é base possibilitadora da existência humana enquanto humana (BOFF, 2004, p. 34).

Esse movimento é evidenciado em Alagoas pelas ações comunitárias em defesa das sementes crioulas como prática de resistência cultural e simbólica, que cria uma concentração em redes no entorno dos bancos comunitários de sementes, cujos fluxos são orientados em uma complexa teia de trocas de sementes, de práticas tradicionais, de saberes, de cultura, de formação política e organizacional, demarcando o território por meio de territorialidades e ruralidades complexas em defesa das sementes crioulas. Assim, essa tessitura ganha forma, é fortalecida e consolida ações em defesa da agrobiodiversidade e das práticas culturais tradicionais que percorrem gerações, como pode ser percebido na figura 1.

Figura 1: Ruralidades e (re)existências dos agricultores guardiões de sementes crioulas no semiárido de Alagoas – 2021



A – Armário do conhecimento: entre os conhecimentos sistematizados da escola e os herdados pela vida no/do campo no Assentamento Genivaldo Moura, Delmiro Gouveia; B – Diversidade das sementes crioulas no sítio Poço Doce II, Piranhas; C – Banco Comunitário de sementes do sítio Poço Doce II, Piranhas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2021. Fotos: SILVA, Felipe Santos.

As interlocuções realizadas pelos agricultores guardiões de sementes crioulas fazem brotar uma forte articulação com o entorno dos bancos comunitários de sementes, das associações e das cooperativas, situando os territórios comunitários como *locus* de resistência sociocultural frente à geopolítica das grandes corporações globais de produção de alimentos.

Os sujeitos pesquisados têm suas vidas entrelaçadas com os movimentos sociais do campo pela defesa das diferentes formas de vida, das suas existências e do território, o que marca suas



ruralidades. As denúncias vêm os mobilizando nos caminhos da justiça social e ambiental, visibilizando-os junto aos representantes políticos e à sociedade civil. Nesse processo, nem sempre consensual e isento de conflitos, procuram expor seus modos de ser, lastreados pela conduta de respeito à natureza. A esse respeito, é oportuno retomar o texto de Manuel Correia de Andrade sobre a rizicultura praticada no Baixo São Francisco numa demonstração de como os propósitos da modernização agrícola desconsideraram as sementes crioulas. Ele introduz o leitor contextualizando tratar-se de cultivo tradicional, feito desde o século XIX, “usando-se uma variedade de pouca penetração no mercado consumidor urbano, chamada localmente de macambira ou chatinho, de grão vermelho e curto; propagava-se facilmente por ser muito rústico” (ANDRADE, 1963, p. 129). Em seguida, delimita a ação do planejamento estatal “após 1955, revolucionar a rizicultura regional introduzindo uma nova variedade de arroz chamada cana roxa ou arroz do Texas, que é hoje a dominante” (idem, p. 129). Como exposto na seção anterior, a modernização da agricultura nesses espaços não eliminou o “subdesenvolvimento”, o que reforça o entendimento dos agricultores estudados como guardiões de territórios alternativos.

Os territórios dos guardiões foram apreendidos como alternativos (HAESBAERT, 2015), ou seja, contrapontos aos territórios hegemônicos dos grandes latifúndios, da monocultura e das grandes corporações, que se reproduzem às custas da degradação ambiental e da vida humana e não humana, além das injustiças sociais e ambientais.

Para os agricultores guardiões de sementes crioulas, a preservação dessas sementes possibilita a redução dos custos da produção agrícola e, conseqüentemente, o aumento da renda familiar, além de reduzir a dependência da utilização das sementes modernas (VELOSO et al., 2018). As sementes crioulas são adaptadas ao solo, dele extraem os nutrientes necessários para crescer e se desenvolver e possuem resistência a diversas pragas. A diversidade dessas sementes garante a abundância e a variedade dos alimentos nas comunidades, bem como garante uma alimentação adequada e saudável nos territórios alternativos (VELOSO et al., 2018).

Ademais, constatou-se que as práticas dos guardiões com as sementes crioulas não se inserem numa ‘simples’ seleção de sementes adaptadas às condições edafoclimáticas, mas, sim, num contexto social e cultural de resistência e (re)existência de seus territórios face à agricultura moderna capitalista. Assim, as sementes crioulas são ancoradas nos princípios de conexão com o universo que ressoam o cuidado, isto é, amor, ternura, carícia, compaixão, convivialidade e justa medida (BOFF, 2004). Como colocado por Stadler (2019), as sementes crioulas nesses territórios rurais fazem parte da construção social e identitária dos guardiões e, por sua vez, desvelam as territorialidades dos agricultores por meio das diferentes práticas de armazenamento, alimentação, religiosidade, técnicas de plantio, entre outras.



Com efeito, essas sementes carregam consigo valores simbólicos e materiais pelas suas representações e por sua importância econômica e social, que forjam as (re)existências e as ruralidades contemporâneas no Nordeste. Elas constroem significados e pertencimentos advindos do cuidado direcionado à sua salvaguarda, tendo como responsáveis pela sua existência os agricultores guardiões.

4 CONVIVIALIDADES E PERTENCIMENTO

Adentrar as especificidades que atribuem forma e sentido ao pensamento de Manuel Correia de Andrade na obra *A Terra e o Homem no Nordeste* significa e descortinar o pensar e o fazer de um geógrafo e de uma Geografia que se enveredam nas tessituras do tempo e se materializam no presente como fundamento necessário à leitura dos “tantos Nordestes” pioneiramente apresentados, descrito e analisado pelo autor.

O homem, no contexto da diversidade regional, sua relação com a terra, as imposições advindas do processo de colonização, as dinâmicas da natureza e o modo de vida conformam convivialidades, as quais, traduzidas para os dias atuais, revelam a complexidade de interpretação do Nordeste e da relação embrionária do homem com a terra, fundamento das existências e base sobre a qual se estruturam essas mesmas convivialidades, compreendidas como sendo relações sociais, políticas e simbólicas que se congregam em um mesmo espaço (ALMEIDA, 2005; BONNEMAISON, 2012).

Dialogicamente, é pelos caminhos da convivialidade que Silva (2020) envereda ao considerar as espacialidades ribeirinho-sertanejas no Sertão do São Francisco e os modos pelos quais as gentes do rio e do sertão estabelecem suas territorialidades, os vínculos territoriais e os modos e ritmos sobre os quais o lugar e o território são/estão sendo produzidos. O Sertão, para tanto, ultrapassa os limites do regionalismo e incorpora a dimensão da cultura como algo inerente ao próprio homem, não estando alheio ao conjunto de relações sociais e políticas que a circundam.

Ao versar sobre as relações sociais e políticas inerentes ao homem e à terra, Andrade (1963) se fundamenta no pensamento de que o agravamento das questões sociais no campo associa-se, sobremaneira, à questão agrária a que o homem foi submetido desde a colonização. Ressalta-se a atualidade desse pensamento e, ao se considerar a realidade ribeirinho-sertaneja, se pode constatar a continuidade de práticas que dão sustentação a esse sistema, incorporando-se a novos elementos que passam a dinamizar e atribuir novas formas e significações à paisagem e ao lugar do ribeirinho-sertanejo.

A despeito da realidade descrita, destaca-se a crescente apropriação das terras marginais ao grande rio – o São Francisco – tanto por empreendimentos agropecuários quanto por empreendimentos de turismo e lazer, afastando o homem da “Artéria do Sertão” (PIERSON, 1972).



Soma-se a isso a crescente ocorrência de conflitos por terra e por água na bacia do rio São Francisco e nas terras adjacentes, conforme observado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018) e por Silva (2020).

Em *A Terra e o Homem no Nordeste*, o rio São Francisco recebe centralidade tanto pelo papel que desempenha no contexto regional quanto pelo processo de ocupação das terras interiores pela pecuária e pelo homem. Nas margens do São Francisco, ressalta Andrade (1994), estabelece-se uma diversidade de atividades que se entremeiam entre a produção de energia elétrica, a pesca, a criação de gado e a agricultura. Dessas atividades, a agricultura de subsistência, a criação de pequenos animais e a pesca caracterizam os modos particulares pelos quais historicamente o ribeirinho-sertanejo estabeleceu na terra suas existências e as existências do núcleo familiar.

Andrade (1963, p. 128) ressalta que “a influência do rio São Francisco é decisiva na vida econômica regional”; além disso, traz ao conhecimento do leitor que “cultivavam também o leito do rio São Francisco e seus afluentes à proporção que o baixar das águas deixava descobertas as ‘praias’ e ilhas; eram, portanto, culturas de vazante” (idem, p. 182). A (re)leitura de sua obra permite um importante resgate quanto à compreensão da vida no rio e nas terras adjacentes, considerando a dinâmica das cheias periódicas e dos modos pelos quais o ciclo das águas regia o modo de vida ribeirinho, principalmente à jusante de Propriá, na margem sergipana. Ele ressalta, ainda, a importância dos afluentes do rio São Francisco, cujos “vales encharcados” (idem, p. 128) permitem a existência e o cultivo de produções específicas para consumo local, o que é possível de ser observado nas desembocaduras e no interior dos afluentes intermitentes. Esses ambientes, definidos por vales encharcados, são fundamentalmente conhecidos e apropriados pelo ribeirinho-sertanejo, tornando-se parte da própria cultura e dos modos pelos quais as vivências se definem na relação triádica homem-rio-sertão.

Pela proximidade do olhar e ao considerar a espacialidade ribeirinho-sertaneja do São Francisco (SILVA, 2020), observou-se que o uso e a ocupação das áreas de várzea se dão, em geral, por pequenas propriedades com cultivos de mandioca, batata-doce e milho. Várzeas “abandonadas”⁶ marginais ao rio São Francisco também são utilizadas para o cultivo de capins e palma-forrageira, bem como para a criação de caprinos. Essas atividades, no Baixo São Francisco, conforme demonstrado por Andrade (1963, p. 129), são feitas apenas para o consumo local, distintas da cultura das várzeas, onde a produção do arroz se faz pelo “subemprego e miséria”.

De uso intensivo pela população local, tanto as várzeas quanto as planícies de inundação do Sertão do São Francisco são espaços que, embora de pequenas extensões, são fundamentais e conformam um mosaico de uso e aproveitamento humano e animal. A composição das formas de uso e ocupação da terra no Sertão do São Francisco é reveladora dos processos históricos de uso e

⁶ Planícies de inundações periódicas e várzeas fluviais do rio São Francisco.



apropriação desse espaço e da formação de territórios que, em primeira aproximação, desvelam a escala do mundo vivido como o lugar onde a vida se faz, tornando o rio São Francisco um espaço de referência identitária.

A afeição ao solo, à terra e ao ambiente circundante constitui, para Bonnemaïson (1987), as bases necessárias à manutenção das identidades territoriais. Esses círculos de convivialidade são conformadores de espaços de referências identitárias em que as raízes – o enraizamento – se arraigam tendo por base elementos tanto de dimensão material quanto simbólica. O espaço de referência identitário é, segundo Cruz (2007), a base em que estão assentadas nossas tradições, nossas experiências, os modos mais específicos do sentido do ser, as bases subjetivas da vida. Não obstante, o apego à terra, conforme Dardel (2015, p. 31), é a expressão mais concreta da existência, “terra como lugar, base e meio de sua realização”. Rio e Sertão, nesse sentido, se constituem nos espaços de referência identitária para o ribeirinho-sertanejo, base material e subjetiva das existências.

O apego à terra, ao rio e ao lugar no Sertão do São Francisco é revelado pelo valor que lhes é atribuído; o sentido do pertencimento está associado às experiências mais particulares do ribeirinho-sertanejo com o lugar, com a manutenção e afirmação das identidades e com as experiências vividas. Trata-se, portanto, de um profundo envolvimento entre natureza, homem e cultura. Esses elementos, na cultura ribeirinho-sertaneja, constituem uma tríade indissociável que envolve as bases necessárias à manutenção da vida – condições biológicas básicas como trabalho, alimentação, moradia –, mas também as relações que emolduram as existências, “uma espécie de cumplicidade obrigatória entre a terra e o homem” (DARDEL, 2015, p. 146), ou seja, a própria geograficidade do ser ribeirinho-sertanejo, que envolve pertencimento e formas de uso e apropriação segundo os níveis culturais historicamente estabelecidos.

5 TERRITORIALIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES

Nos dias de hoje, a produção do professor Manuel Correia de Andrade continua tão atual quanto foi no passado. Esse fato é comprovado pela estreita relação entre os seus escritos e tantos outros desenvolvidos recentemente por pesquisadores, a exemplo de Santos (2018, 2020), que em seus trabalhos traçam as linhas dos marcos, apropriações e ressignificações de manifestações culturais com animais de monta no estado de Sergipe. Em seu caminhar analítico, revelou como as generalizações e as especificidades da conformação e ocupação dos espaços, das territorialidades, das formas de apropriação pela dominação política e econômica imprimiram, por meio das ressignificações, uma pluralidade singular nas vaquejadas, pegas de boi, cavalgadas e cavahadas sergipanas que reflete a existência dos vários rurais, dos vários Sertões, dos vários Nordeste.



Os processos produtivos do espaço rural nordestino, bem como sergipano, trazem em seu cerne multiplicidades de origens, práticas, ações e intenções traduzidas essencialmente na pluralidade das temporalidades, bem como das apropriações de modos e expressões culturais que se dão no entrelaçar do tempo-espaço. Nesse sentido, o espaço é múltiplo, plural e diverso (HAESBAERT, 2012). As abordagens que convergem para tal multidimensionalidade permitiram pensar na complexidade dos contextos geográficos e históricos que contornam e atribuem particularidades às realidades no processo de produção dos espaços.

A configuração social, econômica e cultural do espaço rural nordestino é historicamente enveredada pelas territorialidades, assim como pelas suas sucessivas e concomitantes ressignificações. Andrade (1963) ressalta como a sociedade nordestina, suas relações e sua cultura foram delineadas pelas atividades econômicas orientadas pelas singularidades climáticas e pelo processo de ocupação do solo. Desde as primeiras ocupações, é evidente a estreita relação entre as condições naturais da região e a implantação das primeiras atividades econômicas.

Especificamente no estado de Sergipe, a presença da pecuária, em toda a sua extensão territorial, desde sempre imprimiu suas marcas nas diferentes dimensões da sociedade. Subsidiária a outras atividades produtivas como, por exemplo, a cana-de-açúcar no Leste sergipano ou mesmo enquanto propulsora da economia do Agreste ao Sertão, a criação de gado é uma das atividades definidoras das territorialidades culturais e das identidades do rural sergipano. Em sua obra, Andrade (1963) demonstra claramente como nos primeiros tempos a implantação e a manutenção da pecuária extensiva no Nordeste foram favorecidas pela pouca necessidade de mão de obra. Os donos das fazendas viviam nas cidades, boa parte na Zona da Mata, enquanto isso as propriedades quase sempre eram administradas por vaqueiros que zelavam dos animais criados à solta, impedindo-os que se perdessem ou morressem de fome e sede nos períodos de seca. Ele descreve que “parece à primeira vista que o gado criado solto, à lei da natureza, permite ao vaqueiro uma vida morigerada, de pouco trabalho, este, porém, é árduo e contínuo” (ANDRADE, 1963, p. 195).

Ao fim de cada inverno, os vaqueiros se reuniam para apartar e separar o gado. Os barbatões⁷ eram responsáveis por atrair os vaqueiros mais famosos de toda a região para capturar os animais. O felizardo pelo feito era premiado com fama, dinheiro ou até mesmo com o boi vencido. E, tal como evidenciado por Andrade (1963), em todo o Nordeste, portanto também em Sergipe, embora fizessem parte do ofício do vaqueiro, as apartações sempre foram envoltas de ares festivos e com o tempo tornaram-se as grandes festas populares da pega de boi no mato em toda a área pecuarista. Essa prática deu origem às tão conhecidas vaquejadas, que hoje são apropriadas por uma

⁷ Animais ariscos, semisselvagens.



lógica que ultrapassa a significação cultural e, em um processo de ressignificação, se expandem por meio das intencionalidades de cunho político e econômico.

É inegável que os processos produtivos do espaço rural sergipano, os plantios da cana-de-açúcar, do algodão, a pecuária, bem como outras atividades, delinea a cultura e sua expressividade. Algo semelhante ao ocorrido com as pegas de boi e as vaquejadas aconteceu com outras manifestações culturais, como a cavalgada e a cavalhada. Essas manifestações culturais com a presença do animal de monta confirmam a influência das atividades desempenhadas no espaço rural, como a lida com a terra, a agricultura, a criação de gado, que estão no cerne do ser sergipano, do ser nordestino.

A imagem do gado, do cavalo, do vaqueiro e do cavaleiro está impregnada de tal modo na cultura sergipana, especialmente no Sertão, onde a pecuária sobressai desde as primeiras ocupações, que a configuração das territorialidades em seu entorno, bem como das manifestações culturais a ela relacionadas, é impulsionada por dimensões diversas. Em Sergipe, chamam atenção as mudanças que vêm ocorrendo na motivação e composição dessas manifestações, especialmente pelos aspectos das apropriações e dominações econômicas, políticas e simbólicas desencadeadoras de ressignificações nos modos de fazer, ser e estar na cavalgada, cavalhada, vaquejada e pega de boi no mato.

A compreensão da indissociabilidade das formas de apropriações materiais e simbólicas no processo de manutenção dessas manifestações culturais foi respaldada nos diálogos estabelecidos com autores que tratam dos sentidos das apropriações na dinâmica da produção cultural: seja enquanto sentimento de posse e pertencimento (GEERTZ, 1989; TUAN, 2012); seja enquanto dominação pelo poder (RAFFESTIN, 1993), ou ainda enquanto manipulação político-ideológica (HALBWACHS, 2006). Esse foi, pois, o caminho que orientou a apreensão das manifestações com animais de monta entre as temporalidades, as generalizações, as singularidades da permanência dessas tradições, uma realidade expressivamente plural no Sertão sergipano. E a existência de vários Nordeste em um, que é enfatizada pelo próprio Manuel Correia de Andrade, colabora para afirmarmos a existência de várias vaquejadas, pegas de boi, cavalgadas e cavalhadas. O fato é que essas manifestações se inserem no processo histórico de formação dos territórios que se constroem na pluralidade singular sergipana, bem como nos inúmeros Nordeste trazidos na obra do autor.

A realidade plural sergipana é, em parte, traduzida por essas manifestações culturais. A labuta, a destreza e até mesmo o lazer, a religiosidade e a musicalidade justificam a origem, a manutenção e a permanência das cavalgadas, vaquejadas, pegas de boi e cavalhadas, que têm em comum a presença do cavalo e sua expressividade no ambiente rural. A permanência (firmeza de continuidade) e a manutenção (constância de conservação) dessas manifestações culturais enquanto tradição ressignificada se estabelecem pela valorização dos significados e pela influência dos



sentidos postos por seus produtores (empresários, políticos, fazendeiros) e fazedores (vaqueiros e cavaleiros), ou seja, o material e o simbólico no contexto da origem, manutenção e permanência dessas manifestações.

Por isso, o estudo dessas tradições ressignificadas não pode ser separado do contexto da história e formação da sociedade sergipana. Nele a confluência existente entre as cavalgadas, vaquejadas, pegas de boi e cavalhadas, entre os condicionantes tradicionais, ressignificados e modernos, leva à conjugação de manifestações culturais do rural e do urbano. Aquilo que a princípio era associado ao espaço rural, carregado de um simbolismo e ligado ao imaginário de quem é do campo, foi expandido para os espaços urbanos, atrelados ao mercado de entretenimento e de turismo, que responde às necessidades de acumulação de capital.

O mundo rural, na sociedade urbana, se expressa distintamente em contextos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. São vários rurais, assim como são vários Nordeste. Não obstante, a expansão da “racionalidade urbana” sobre o rural traz efeitos não só no campo material referente aos quesitos socioeconômicos e políticos, mas também no campo imaterial referente às práticas, representações e expressões de valores culturais/simbólicos. Em Sergipe, o campo, que por tanto tempo esteve associado, entre outros aspectos, à lida com a terra, as atividades de plantio e à criação de animais, passou a ser associado à ideia de espaço de lazer. Suas práticas e, conseqüentemente, suas manifestações culturais passaram a despertar interesses voltados para a lucratividade, ligados especialmente aos setores do turismo e do entretenimento.

Assim sendo, o interesse sobre os espaços que reúnem essas manifestações culturais traz um rastro de transformações materiais, bem como nos suportes de expressão dos símbolos, no instante em que são inseridos em circuitos econômicos de turismo e eventos por meio da sintonia entre políticas públicas e a atuação da iniciativa privada empresarial. Entre generalizações acerca da permanência das tradições e as singularidades das socioespacialidades das manifestações com animais de monta, tal como foi evidenciado pelo professor Manuel Correia de Andrade em *A Terra e o Homem no Nordeste*, são muitos os Nordeste advindos do processo histórico de formação dos territórios e inúmeras as manifestações com animais de monta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialização, valorização e persistência da produção artesanal como expressão de uma cultura no tempo do modo global de produzir indica não apenas uma pluralidade de práticas culturais, mas, sobretudo, a importância de sua existência enquanto identidade regional/territorial. Nesse sentido, a estreita relação da produção das expressões culturais com os recursos naturais disponíveis definiu os territórios das diversas expressões, o nível de enraizamento pela apropriação cultural, a disponibilidade e o acesso pela dominação econômica.



O diálogo com vários autores no desenvolvimento da pesquisa com os guardiões de sementes crioulas aproximou a terra e o homem de Manuel Correia de Andrade no exercício interpretativo do saber cuidar pelo encontro dos pressupostos das relações de cordialidade, convivialidade e compaixão, apreendidas no cuidar como condutor conceitual na construção dos territórios alternativos.

O encontro com a terra e o homem na pesquisa sobre convivialidade e pertencimento se deu pela associação das indagações sobre identidade territorial do ‘ser sertanejo ribeirinho’ com o contexto da convivialidade. Isso permitiu a aproximação com o Sertão do Baixo São Francisco como chão empírico necessário para interpretar e pensar os sentidos de um lugar-território.

Entre generalizações acerca da permanência das tradições e as singularidades das socioespacialidades das manifestações com animais de monta, tal como nos mostra o professor, são muitos Nordeste e inúmeras as vaquejadas, por exemplo. O fato é que, reforça-se, essas manifestações inserem-se no processo histórico de formação dos territórios que se constroem nos inúmeros Nordeste que nos foi apresentado.

Ora, Manuel Correia de Andrade define a região pelas “paisagens geográficas” que não se separam por fronteiras político-administrativas, pois a paisagem “engloba em uma mesma região apenas as áreas com características realmente indicativas da existência dessa região” (ANDRADE, 1963, p. 4). Pela leitura de sua obra, a região compõe e é composta por inúmeros Nordeste prenes de lugares-territórios, de lugares, de territórios e de paisagens cuja leitura contemporânea nos permitiu apreendê-la, dentre outros olhares, pelas ruralidades, convivialidades e territorialidades.

Procurou-se, assim, ressaltar, neste recorte, a aproximação dialógica entre as pesquisas elegidas e o texto *A Terra e o Homem no Nordeste* pelo encontro das relações estabelecidas nos lugares do ‘universo’ regional. As potencialidades e particularidades expõem as materialidades e os mecanismos de sobrevivência pela cultura; a abordagem do cuidar sinaliza para a cordialidade, convivialidade e compaixão na construção de lugares e espaços; as manifestações culturais com animais de monta inserem-se no processo de formação dos territórios e, acrescidas pelas indagações sobre as identidades e o ‘ser sertanejo ribeirinho’, sugerem, enfim, que muitas outras abordagens podem e devem desvelar o Baixo São Francisco, tanto quanto o Nordeste e os Nordeste expostos por Manuel Correia de Andrade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. Etnogeografia do Brasil Sertanejo. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, n. 2, p. 103-114, 2005.



_____. Paisagens culturais e patrimônio cultural: contribuições introdutórias para reflexões *In*: HEIDRICH, A. L.; COSTA B. P. da; PIRES, C. L. Z. (Orgs.). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 186-194.

ALMEIDA, M. G. de; VARGAS, M. A. M. A Dimensão Cultural do Sertão Sergipano. *In*: DINIZ, J. A. F; FRANÇA, V. L. A. (Orgs.). **Capítulos de Geografia Nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998.

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste** - contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

BÉRINGUIER, C.. Manières paysageres: première parti une méthode d'étude. **Geodoc**, Université de Toulouse, n. 35, p. 2-58, 1991.

BOFF, L.. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BONNEMAISON, J.. **Tanna**. Les fondements géographiques d'une identité: les Gens des lieux. Histoire et géosymboles d'une société enracinée. Paris: Orstom, 1987.

_____. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: uma ontologia (I)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 279-303.

CLAVAL, P.. A 'virada cultural' em Geografia. **Revista Mercator**, v. 1, n. 1, 2002.

_____. La teoría de los lugares centrales. *In*: BONETTI, E. et al. **Centralidade; regionalização**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969. p. 19-46.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). **Conflitos pela Água (2009-2017)**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CRUZ, V. do C.. Pela Outra Margem da Fronteira: território, identidades e lutas sociais na Amazônia. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

DARDEL, E.. **O Homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1952].

FRIDMANN, J.. Planejamento desenvolvimentista regional: o progresso de uma década. **Cadernos NAEA-I**, Belém, n. 1, 1976, p. 9-38.

GEERTZ, C.. **A Interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" às multiterritorialidades**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

_____. **Territórios alternativos**. 3ª ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.



- HALBWACHS, M.. Memória individual e memória coletiva. *In*: HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTSHORNE, R.. **Propósitos e Natureza da Geografia**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- LIMA, L. G.; SANTOS, F. dos. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 41, p. 192-217, jan./mar. 2018.
- PERROUX, F.. Notes sur la notion de pôle de croissance. **Economie Appliquée**, v. 8, n. 1/2, 1955, p. 307-320.
- PIERSON, D. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomo I. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. *In*: PEREIRA, S.R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Orgs.) **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010, p.13-24.
- SANTOS, D. L.. As socio-espacialidades e ressignificações das cavalgadas: Itaporanga D'Ajuda/SE. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.
- SANTOS, D. L.. Resignificações de manifestações culturais com animais de monta em Sergipe. *In*: MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G. de; DEUS, J. A. S. de. **Novos usos do espaço rural e suas resiliências: transformações e ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe**. Aracaju: Criação, 2020. p. 415-444.
- SANTOS, M.. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, C. B. da. Entre margens, terras e gentes: convivalidades e identidades no sertão do Baixo rio São Francisco. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.
- SILVA, F. S. Para além do plantar e do colher: saberes e (re)existências dos agricultores guardiões de sementes crioulas. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.
- STADLER, C. T. B.. “Sementes crioulas” – saberes e práticas sociais em comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e faxinalenses no Estado do Paraná. *In*: Encontro Regional Sul de História Oral, 10, 2019, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019. p. 01-09. Disponível em: <https://www.sul2019.historiaoral.org.br/resources/anais/12/abhosul2019/1571250044_ARQUIVO_7c9aa2e91eec7fb24054a295a50f0fe5.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.



VARGAS, M. A. M.. A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento: sertão sergipano do São Francisco. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1988.

_____. Desenvolvimento regional em questão: o Baixo São Francisco revisitado. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Universidade Estadual Júlio de Mesquita, Rio Claro, 1999.

_____. Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do Baixo São Francisco. *In: ALMEIDA, M. G. de; RATTIS, A. Geografia: leituras culturais.* Goiânia: Alternativa, 2003. p. 113-132.

VELOSO, C. L.; SILVA, J. M. da; NASCIMENTO, D. L. do; OLIVEIRA, J. de; COSTA, C. J. S. Mapeamento de sementes crioulas no sertão alagoano: revisão de literatura. *In: Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido, 2018, Natal. Anais...* Natal: Realize Eventos e Editora 2018. p. 01-09. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conadis/trabalhos/TRABALHO_EV116_MD1_SA3_ID551_06112018143411.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

VIDAL DE LA BLACHE, P.. As características próprias da Geografia. *In: CRISTOFOLETTI, A. (Org.). Perspectivas da Geografia.* São Paulo: Difel, 1982. p. 37-48.